Direito

Democracia e Estado de exceção: contribuições de Hannah Arendt e Giorgio Agamben

Arthur Phillipe Milanez Santa Cecília - 5º módulo de Direito, UFLA, bolsista PIBIC/CNPq

Marcelo Sevaybricker Moreira - Orientador DCH, UFLA - Orientador(a)

Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Coorientadora DIR, UFLA

Resumo

Vários pontos aproximam o pensamento político de Giorgio Agamben e Hannah Arendt. Ambos os autores têm posições pautadas em críticas às democracias de massas, ao formalismo da concepção liberal de direito, ao esvaziamento do espaço público, à vitória do animal laborans na conformação social atual e ao predomínio da violência nas relações de poder (FRATESCHI, 2007). Entretanto, ainda que partam de posições convergentes, Agamben e Arendt chegam a conclusões divergentes acerca da política contemporânea, em especial na relação desta com o direito. Desse modo, almejando compreender os desdobramentos do pensamento político de Giorgio Agamben e Hannah Arendt para o direito, enquanto elemento normativo e coercitivo estatal, a presente pesquisa debruçou-se na análise das teorias dos dois dos autores, observando a possibilidade de se traçar novas perspectivas para a conjuntura atual. Nessa seara, utilizando-se a conclusão de Agamben (2018) acerca da contiguidade entre democracia e totalitarismo, baseada na ideia de que o estado de exceção, antes visto dispositivo provisório para situações de perigo, atua contemporaneamente como instrumento normal de governo e a teoria arendtiana do juízo político (ARENDR, 1989), que atua como parâmetro na diferenciação entre democracia e totalitarismo, é conclusivo que a contraposição proposta entre as obras de Agamben e Arendt permite considerar que, ainda que partindo de pontos comuns e similares acerca do diagnóstico dos regimes modernos, cada autor possui concepções distintas acerca das perspectivas para esses regimes e para a relação entre política e direito. Desse modo, ainda que a concepção arendtiana sustente a existência de uma crise da democracia representativa e da república (ARENDR, 2011; ARENDR, 1973; FRATESCHI, 2007) marcada pela burocratização e perda de poder das instituições e pela diminuição do espaço de liberdade em que os cidadãos podem agir, a autora defende que existem diferenças sólidas com as bases dos regimes totalitários do século XX, afastando-se do pensamento agambeniano que vislumbra a organização política-jurídica atual pautada em um estado de exceção permanente

Palavras-Chave: Direito, Hannah Arendt, Giorgio Agamben.

Instituição de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Link do pitch: https://youtu.be/UH_YMnqBmb4